

Editorial: História, Território e Racismo Ambiental: o paradoxo amazônico às vésperas da COP-30

History, Territory, and Environmental Racism: The Amazonian Paradox on the Eve of COP-30

Marcus Vinicius Reis*

Dalila Varela Singulane**

*Editor-chefe da Escritas do Tempo. Professor PPGHIST-Unifesspa. E-mail: marcus.reis@unifesspa.edu.br.

** Editora-chefe da Escritas do Tempo. E-mail: dalilavarela.s@gmail.com

O população do município de Belém, capital do Pará, tem vivenciado uma série de obras estruturais nos últimos dois anos. Vide, por exemplo, a proposta de construção de um terminal hidroviário cujo objetivo reside em ampliar o acesso à ilha do Combu, famoso ponto turístico da cidade, ou mesmo a construção do Parque Linear da Doca de Souza Franco. No entanto, em ambos os casos, predominam longe das matérias dos principais jornais uma série de relatos de moradores da Ocupação da Tamandaré e da Vila da Barca denunciando as práticas de remoção sob iniciativa da prefeitura e do governo do estado. Algumas dessas práticas beiram ao absurdo como quando da demolição, sem aviso prévio, das casas de alguns moradores, ou mesmo a instalação de uma zona de coleta de resíduos na Vila da Barca, provenientes da obra do Parque Linear. Em paralelo a essas questões “locais”, a Amazônia no ano de 2024 registrou uma queda de 7% nos índices de desmatamento. No entanto, o mesmo estado do Pará segue liderando as taxas de desmatamento pelo 9º ano consecutivo, além de ter registrado um aumento de 3% da área desmatada em comparação com o ano de 2023. Assim, ainda que caiba registrar os esforços empreendidos pelo Ministério do Meio Ambiente para frear as políticas de desmonte das leis de preservação ambiental no Brasil, boa parte da sociedade brasileira e de sua classe política tem atuado na contramão dessas iniciativas, evidenciando o alcance do racismo ambiental no país¹.

¹ O uso desse termo não é fortuito. Criado e definido na década de 1980 por Benjamin Franklin Chavis Jr, uma das lideranças do movimento dos direitos civis dos negros nos Estados Unidos.



No final do mês de junho, o Senado Federal aprovou, por 54 votos favoráveis e 13 contrários, o Projeto de Lei nº 2.159/2021, que estabelece a nova Lei Geral do Licenciamento Ambiental. Em linhas gerais, a proposta altera profundamente as exigências legais aplicáveis a empreendimentos que fazem uso de recursos naturais e que apresentam potencial poluidor. Por isso, não é exagerado de nomear esse projeto como “PL da Devastação”, por representar retrocessos visíveis na política ambiental brasileira. Caso seja sancionada, essa Lei possibilitaria a liberação da exploração de petróleo na Bacia da Foz do Rio Amazonas, sem grandes impeditivos por parte das agências de fiscalização ambiental.

Todos os casos aqui apontados contrastam com a realização no Brasil do maior evento voltado às mudanças climáticas desde a Rio-92. A Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, mais conhecida como COP-30, ocorrerá durante o mês de novembro, na cidade de Belém, com o objetivo de superar os principais desafios em torno da preservação do meio ambiente. Tratada publicamente como “nossa última chance de evitar uma ruptura irreversível no sistema climático”², o que se percebe, na verdade, é o descompasso entre as pretensões definidas para a conferência e a realidade encarnada nas políticas públicas direcionadas ao meio ambiente. Como bem salientou Rebecca Tsosie (2021, p. 37), tem prevalecido a ambiguidade nas decisões acerca de quais políticas devem ser levadas adiante acerca das condições ambientais no país, tendo sido impossível uma tomada de decisão centralizada.

Não por acaso, o presente número reúne a organização do Dossiê Temático intitulado “Ensino de história, meio ambiente e diversidade na Amazônia Oriental”, sob organização do prof. Dr. Carlo Guimarães Monti (Unifesspa). Os trabalhos aqui publicados, fruto de debates levantados em 2024 durante a realização *XIV Encontro Estadual de História da ANPUH-PA*, vão ao encontro das problemáticas levantadas neste Editorial. Convidamos, assim, leitores e leitoras para refletirem sobre os múltiplos desafios que envolvem a preservação ambiental na região amazônica, a partir de uma perspectiva histórica sensível às desigualdades sociais, aos conflitos territoriais e ao racismo ambiental que atravessam as populações tradicionais, indígenas, quilombolas e ribeirinhas.

Marabá, 3 de junho de 2025.

² Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202411/201ca-cop30-sera-nossa-ultima-chance-de-evitar-uma-ruptura-irreversivel-no-sistema-climatico201d-diz-lula-a-lideres-do-g20#:~:text=A%20COP%2030%20será%20nossa,uma%20governança%20climática%20mais%20forte>. Acesso em: 3 jun. 2025.